

A fala e a escrita¹

Filipe Pereirinha

O título destas jornadas, «Do livro ao Divã», aparenta estabelecer uma relação entre os domínios da literatura e da psicanálise. E é verdade que desde o encontro, em 1921, em Viena, entre Freud (o inventor da psicanálise) e André Breton (o escritor e poeta), que os elos entre os referidos domínios, como mostrava um número da conceituada revista «Magazine Littéraire»², não pararam de estreitar-se. Esta relação pode ser encarada de vários ângulos: ou do lado dos psicanalistas (a começar por Freud) que se interessaram pela literatura ou do lado dos escritores (como Michel Leiris, Samuel Beckett, George Pérec, entre muitos outros) para quem a psicanálise também não foi indiferente. Todavia, vale a pena interrogar, hoje, se esta pretensa «relação» não terá sido, no fundo, um mal-entendido. É esta, pelo menos, a minha proposta inicial.

Tanto a literatura como a psicanálise remetem para objetos com história: o livro e o divã. No primeiro caso, do livro, uma história mais longa; no segundo, do divã, uma história mais curta; em ambos os casos, porém, não é certo que a história se revele interminável. Da mesma forma, a relação entre o livro e o divã não é natural nem evidente: há pessoas, por exemplo, que escrevem livros e nunca passaram pelo divã (veja-se o caso de José Saramago, ou de Lídia Jorge, que, embora tenha como protagonista de um dos seus romances um psicanalista³, nunca fez, salvo erro, uma análise); e há aqueles, igualmente, que, tendo passado pelo divã, nunca escreveram um livro (sendo esta, porventura, a maioria).

Por conseguinte, deitar-se no divã não constitui, por assim dizer, um passaporte para escrever um livro (mesmo que isso possa acontecer por vezes), tal como escrever livros não é um passaporte para deitar-se no divã. Não se vai naturalmente do livro ao divã, ou do divã ao livro, mesmo que, ao longo da história da psicanálise, as incursões, interferências ou cruzamentos de um campo em relação ao outro sejam inúmeras.

Além disso, parece haver até uma dissimetria entre o livro e o divã: enquanto o primeiro é o resultado, o produto de um trabalho de escrita (José Saramago, por exemplo, repetia até à exaustão que a escrita é fundamentalmente um trabalho), o segundo, pelo contrário, é o lugar da fala. De tal modo que mesmo se um dia o divã fosse erradicado da psicanálise, o que é bem provável que aconteça mais cedo ou mais tarde - afinal o divã é apenas um objeto entre outros, um ready-made, como diria Marcel Duchamp - o lugar da fala poderia manter-se, ainda assim, intacto. Eis a razão por que Freud e Lacan, sobretudo o «primeiro», sublinharam com tanta insistência a primazia da fala na psicanálise. Na verdade, o que acontece numa psicanálise é essencialmente falar (por parte do analisando) e escutar (por parte do analista), mesmo se, de vez em quando, o analista quebra o silêncio, intervindo, e o analisando para de falar.

¹ Uma versão mais alargada deste texto foi publicada em Afredite – Revista de Psicanálise Pura e Aplicada, Ano IV, n 7 (2008), p. 19-28, com o título: *O centro e a periferia*.

² Magazine Littéraire, Les écrivains et la psychanalyse, n° 473, Março 2008.

³ JORGE, Lídia (2007). *Combateremos a sombra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Acontece por vezes, não obstante, que há quem escreva o que vai dizer numa psicanálise. Aliás, não é apenas na psicanálise que isto se passa. Os políticos, por exemplo, costumam escrever os seus discursos. Eu próprio, que não sou político, escrevi em grande parte o que estou a dizer. Porém, mesmo quando se escreve o que se vai dizer, o ato de dizê-lo é outra coisa. É por isso que não há – até prova em contrário - psicanálise por carta, por e-mail ou SMS. Lá chegaremos, em breve.

Por enquanto, e desde Freud, a psicanálise é essencialmente um dispositivo e um acontecimento de palavra. É por isso que ela se liga, de forma íntima e paradoxal ao mesmo tempo, ao Livro, com letra maiúscula, em particular ao Evangelho Segundo S. João, onde se afirma que «no princípio era o Verbo», isto é, a Palavra. Eis a razão, igualmente, por que Lacan não cessou de comentar, ao longo do seu ensino, esta frase do Novo Testamento. Pois bem, se é assim, por que se escreve? Por que não nos limitamos simplesmente a falar e, em vez disso, escrevemos o que vamos dizer? Qual a função da escrita?

A resposta mais óbvia seria a seguinte: escrevemos porque não queremos enganar-nos, traírnos, como acontece a todo o momento quando falamos. Na escrita temos mão naquilo que vamos dizer de uma forma que é impossível na fala. Não significa que não haja lapsos ou erros na escrita; simplesmente, o computador, como dizia alguém, é uma grande máquina de corrigir erros, mesmo quando deixa passar inúmeros. Há *software* cada vez mais sofisticado e com atualizações permanentes e automáticas para limpar a escrita de toda a mácula. Se entendermos por esta mácula a perturbação que o inconsciente introduz na linguagem, trata-se, em última análise, de libertar ou purificar a linguagem de todo o resquício de inconsciente. Aliás, a própria linguagem é já uma perturbação no ser vivo: a doença congénita que traz consigo e de que padece irremediavelmente o sujeito que fala e que é falado e a que Lacan chamou, já no último ensino, «parlêtre».

Por outro lado, escrevemos porque não confiamos na palavra. Dei comigo a pensar nisto, há algum tempo atrás, quando, no seguimento da «escritura» de uma casa (o nome não engana), lancei a mim próprio uma pergunta retórica, como se diz: e se eu, em vez de escrever, de assinar o contrato, desse simplesmente a minha palavra, como acontecia dantes ou sucede ainda, de forma cada vez mais rara, em certas comunidades onde as ondas sísmicas da civilização ocidental ainda não fizeram sentir, por completo, a sua força devastadora.

Claro que é uma piada. É óbvio que ninguém aceita, hoje, a palavra como garantia. Aquilo que caracteriza os tempos modernos é a desconfiança na palavra dada. É por isso que um contrato tem de ser escrito e assinado, tal como mostra bem Shakespeare: ao desprezo votado à palavra pelo príncipe Hamlet («palavras, palavras, palavras...»), responde Shylock, no Mercado de Veneza, com a primazia da letra, isto é, a exigência de que o estranho contrato que ele propõe a António seja devidamente assinado.⁴

Aliás, se formos coerentes, deveríamos ir um pouco mais longe dizer que o declínio da palavra é contemporâneo do início da história. A história humana é, fundamentalmente, uma história escrita. Os tempos modernos limitaram-se a aprofundar a desconfiança na palavra, em particular na palavra dada, exigindo a letra por garantia. Somos cada vez mais, como diria o poeta Ruy Belo, «homens de palavras», no plural, e menos homens de palavra.

⁴ SHAKESPEARE, W. (1988). *The Complete Works (Compact Edition)*. Oxford: Oxford University Press.

Eis um tema bastante comentado, nos últimos tempos, a propósito dos políticos que parecem mentir descaradamente. Já Hannah Arendt perguntava, num texto dedicado ao tema, se enganar não fará parte da própria essência dos políticos.⁵

Na verdade, eles limitam-se apenas a escancarar, ou a tornar descarada, a mentira que faz intrinsecamente parte da palavra. Com efeito, a palavra mente, por estrutura, mesmo quando diz a verdade. É aquilo a que Freud, retomando uma expressão do velho Aristóteles, chamava *proton pseudos*, ou seja, uma mentira fundamental inerente ao próprio ato de falar.

Poderíamos pensar, não obstante, que há uma contradição, pelo menos aparente, entre esta desconfiança na palavra e o apelo, cada vez maior e mais insistente, a que se fale sem parar, como é o caso, por exemplo, da publicidade patrocinada por empresas de telecomunicações, onde falar parece custar cada vez menos ou, como se dizia há algum tempo num *spot* publicitário, não custar mesmo nada.

É aqui, porém, que a publicidade, e em particular aquilo que se diz, mesmo quando se quer dizer ou mostrar outra coisa, não engana: falar não custa nada porque, na realidade, não vale nada, isto é, não conta; o que conta efetivamente para as empresas – que servem aqui apenas de ilustração particular para uma tendência generalizada – é o que está escrito e assinado.

Contudo, estar escrito não significa, obrigatoriamente, que seja para ler. Daí o paradoxo que consiste no facto de se escrever cada vez mais (estão, neste caso, não apenas os livros, mas tudo o que se escreve em blogues ou redes sociais, por exemplo), ao mesmo tempo que se lê cada vez menos, como é costume dizer-se.

Aliás, poderíamos até afirmar que há uma dissimetria entre a escrita e a leitura, da mesma forma que há uma dissimetria entre a escrita e a palavra. A prova mais evidente de que aquilo que se escreve não é necessariamente para ler é a existência de pequenas letrinhas, praticamente ilegíveis, que são introduzidas sub-repticiamente em quase todos os contratos.

O próprio Lacan, embora num sentido diverso, dizia dos seus *Escritos* que não eram para ler. Não ser para ler, não significa que não se possa fazer algo, ou operar, com isso, como demonstram as pequenas letras da álgebra matemática. Também uma das grandes referências da literatura do século XX, James Joyce, embora escrevendo sem cessar, não se preocupou grandemente com a (i)legibilidade da sua escrita. Pelo contrário, até a provocou, como forma de dar trabalho aos universitários de todo o mundo durante alguns séculos.

Escreve-se para inscrever no Outro (quer este seja concebido como a literatura, a cultura, a ciência, a civilização ou outra coisa do género) o que de outro modo estaria condenado a perder-se no rio do esquecimento.

Foi também neste sentido que um conhecido filósofo, José Gil, escreveu, há algum tempo atrás, sobre Portugal: um país, segundo ele, onde nada se inscreve, mesmo se falamos muito e repetidamente sobre as mesmas coisas. Eis o que leva o autor a dizer que Portugal é «o país da não inscrição».⁶

⁵ Cf. ARENDT, H. (1995), *Verdade e Política*. Lisboa: Relógio D'Água.

⁶ GIL, J. (2004). *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio d'Água.

Mas se escrever é, essencialmente, inscrever no Outro (suposto garantir ou testemunhar a validade do que se diz), o que acontece quando este Outro «não existe»⁷ ou entrou em declínio, como é o caso do nosso tempo pós-moderno e globalizado?

A prova de que deve haver alguma função da escrita para além desse declínio é o facto de que ainda não parámos de escrever. Aliás, como dissemos antes, parece haver até uma inflação da escrita por oposição ao défice de confiança na palavra.

A possibilidade de não parar nunca de escrever é mesmo o que fascinava o protagonista do romance de José Saramago, intitulado *Manual de Pintura e Caligrafia*.⁸ Neste caso, a ininterruptão da escrita é a resposta, sintomática, da personagem (um alter-ego, sem dúvida, do próprio escritor) à impossibilidade de dizer realmente o que se é. Como se a utopia de poder escrever «todos os nomes»⁹ tivesse, em si mesmo, um efeito ou uma função de auto nomeação. Uma função, digamos assim, de sintoma, na medida em que este, como dizia Lacan, é o que «não para de se escrever».

Visto que não há um nome próprio que diga, por inteiro e cabalmente, o sujeito, o sintoma é o que vem no lugar dessa ausência, tornando-se, por assim dizer, no seu nome mais próprio.

Há um outro exemplo, aparentemente diverso, que pode ilustrar igualmente a função da escrita. É um exemplo a que eu dediquei algum do meu tempo há alguns anos, de tal modo que lhe consagrei um texto a que chamei, na altura, *Do intratável*.¹⁰

Neste caso, trata-se de uma estranha e singular personagem, Bartleby de seu nome, que, diferentemente do que acontece com a personagem de Saramago, certo dia «para de escrever». Era alguém que, até aquele momento, sempre escrevera, dia e noite, sem pausa, como se fosse literalmente, ele próprio, uma «máquina de escrever». Porém, certo dia, quando é instado a falar, a explicar-se, a dar razões daquilo que faz mecânica e friamente, ele pura e simplesmente deixa de escrever.

Percebe-se, *a posteriori*, no seguimento da narrativa, que também neste caso a escrita tinha uma função de sintoma: não como algo de que o sujeito se queixava, pois ele nunca se queixava de nada – sendo esta, aliás, uma das suas características mais desconcertantes - mas antes como um fio que o sustinha, que o suportava perante a iminência da queda. Quando para de escrever, ele mergulha num abismo sem fundo para não mais recuperar.

Cada um à sua maneira, quer a personagem do romance de Saramago, quer a do conto de Melville, ilustram uma certa função da escrita enquanto sintoma, isto é, enquanto ela tem, por assim dizer, uma função de nó, no sentido em que ela, suporta ou dá consistência real ao sujeito. É neste sentido que se pode entender a escrita como «um tratamento do real»¹¹ do sujeito.

⁷ Cf. MILLER, J.-A, LAURENT, E. (1997). L'Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique, in *La Cause Freudienne*, nº 35, Paris : Diffusion Navarin, Seuil.

⁸ Cf. SARAMAGO, J. (1983). *Manual de Pintura e Caligrafia*. Lisboa: Editorial Caminho.

⁹ SARAMAGO, J. (1997). *Todos os Nomes*. Lisboa: Editorial Caminho.

¹⁰ Cf. PEREIRINHA, F. (2005). *Psicanálise & arredores*. Lisboa: edições Universitárias Lusófonas.

¹¹ Cf. MERLET, A., CASTANET, H. (2004). *Le choix de l'écriture*. Himeros/Rumeur des ages, La Rochelle.

Foi, aliás, para distinguir estas duas funções, irreduzíveis, do sintoma – enquanto sinal de mal-estar, por um lado, e enquanto nó ou suporte do sujeito, por outro - que Lacan, na última fase do seu ensino, passou a escrever o sintoma com uma grafia antiga: *sinthoma*.¹²

Este é não apenas, e essencialmente, aquilo de que padece ou se queixa o sujeito, endereçando, por meio dele, uma mensagem a alguém que a possa acolher e interpretar, mas o que resta de incurável na sua condição e com o qual tem de saber lidar ou saber-fazer, melhor ou pior, de modo a conseguir dar novos nós com os velhos fios que tramaram a sua história.

Os nós servem fundamentalmente para atar e desatar. Da mesma forma que dar nós pode ser uma das funções da escrita, não será esta apenas um modo particular, histórico (não podemos esquecer-nos de que aquilo a que chamamos «história» nasceu com a escrita) de fazer nó, isto é, de atar algo, real, do «parlêtre»?

Nesse caso, mesmo que, por uma eventualidade qualquer, a escrita deixasse de existir, continuaríamos a ter necessidade de atar, de fazer nós. É por isso que Lacan deu cada vez mais importância aos nós, e em particular a certo tipo de nó a que chamou *borromeano*.¹³

¹² LACAN, J. (2005). Le Séminaire, Livre XXIII, Le Sinthome. Paris : Éditions du Seuil.

¹³ LACAN, J. (2005). Le Séminaire, Livre XXIII, Le Sinthome, op. cit.